cionários da Câmara Municipal de Lagoa (Açores) estão dispensados da apresentação dos documentos que constem do seu processo individual.

Os candidatos que possuam tempo de serviço que não tenha sido objecto de classificação/avaliação deverão solicitar ao júri do concurso, no momento da apresentação da candidatura, o suprimento da avaliação através de ponderação curricular, de acordo com o disposto no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, aplicável à administração local através do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho.

6 — Os métodos de selecção a utilizar em todos os concursos serão a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

6.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, assim como o sistema de classificação final, constam de actas de reuniões dos respectivos júris, constantes dos processos de concursos, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

6.2 — A classificação final (CF) será expressa numa escala de 0 a 20 valores, resultando da seguinte fórmula, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = (AC + EPS)/2$$

7 — As relações de candidatos admitidos e as listas de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Concelho.

8 — Júris dos concursos:

Referência A:

Presidente — Maria da Estrela Aguiar, chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

Vogais efectivos — Maria Isabel Carvalho de Medeiros de Amaral, chefe de repartição, e Maria Gabriela Carvalho de Medeiros Sousa, chefe de secção.

Vogais suplentes — Maria Guilhermina da Ponte Rego Perry, chefe de secção, e Paula Maria Vieira Carreiro Damásio, chefe de secção.

Referência B:

Presidente — Duarte Jorge Arruda Oliveira, encarregado de pessoal operário qualificado.

Vogais efectivos — Luís Duarte Almeida Barbosa, encarregado de pessoal operário qualificado, e Eduardo Manuel Sousa Borges, encarregado de parque de máquinas.

Vogais suplentes — Roberto Manuel Tavares Martins, operário principal (pintor), e José Victor Cabral Medeiros, operário qualificado principal (pintor).

Referência C:

Presidente — Duarte Jorge Arruda Oliveira, encarregado de pessoal operário qualificado.

Vogais efectivos — Luís Duarte Almeida Barbosa, encarregado de pessoal operário qualificado, e João Luís da Silva Cabral, operário principal (pedreiro).

Vogais suplentes — Gil Duarte Ferreira Telheiro, operário principal (pedreiro), e Eduardo Manuel Sousa Borges, encarregado de parque de máquinas.

Referência D:

Presidente — Duarte Jorge Arruda Oliveira, encarregado de pessoal operário qualificado.

Vogais efectivos — Luís Duarte Almeida Barbosa, encarregado de pessoal operário qualificado, e Jorge Humberto Botelho Oliveira, operário qualificado principal (canalizador).

Vogais suplentes — Rui Jorge Machado Botelho, operário qualificado principal (canalizador), e João Francisco Medeiros Oliveira, operário qualificado principal (canalizador).

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António Ferreira Ponte*.

2611063136

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO

Aviso n.º 22 415/2007

Francisco Manuel Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lamego, faz público que a Assembleia Municipal de Lamego, em sessão de 29 de Outubro de 2007, aprovou, por unanimidade, as seguin-

tes taxas e fixou os respectivos montantes, acrescidos à tabela geral de taxas e licenças em vigor nesta Câmara Municipal:

CAPÍTULO XIV

Registo de cidadãos da União Europeia

Artigo 86.º

1 — Emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia — € 3,50.

2 — Emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia em caso de extravio, roubo ou deterioração — € 3,75.

Para constar e produzir efeitos legais se publica este aviso no *Diário da República*, 2.ª série, e outros de igual teor irão ser afixados nos lugares públicos.

7 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Manuel Lopes*.

2611063131

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 22 416/2007

Provimento em categoria superior, ao abrigo do estatuto de pessoal dirigente

Por despacho de 4 de Outubro de 2007 do vereador da área de recursos humanos (subdelegação de 20 de Agosto de 2007, publicada no *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007), foram providos em categoria superior, ao abrigo do estatuto de pessoal dirigente:

Alexandre Arménio Maia Tojal, técnico superior (arquivo) principal, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

Maria de Fátima Vieira de Andrade e Sousa Madureira, técnica superior (história) assessora principal, com efeitos reportados a 17 de Maio de 2007.

Jorge Miguel Cabral e Pereira da Silva, técnico superior (jurista) assessor principal, com efeitos reportados a 6 de Junho de 2007.

Maria Margarida Rodrigues Ribeiro Beirão, técnica superior (jurista) assessora principal, com efeitos reportados a 6 de Junho de 2007.

31 de Outubro de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.

2611062844

Aviso n.º 22 417/2007

Nomeações

Por despacho de 6 de Novembro de 2007 do vereador da área de recursos humanos (subdelegação de 20 de Agosto de 2007, publicada no *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007), foram Luísa Borges Medeiros e Zita Escudeiro Santos, técnicas superiores (arquivo) de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, nomeadas, precedendo concurso, técnicas superiores (arquivo) principais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

6 de Novembro de 2007. — O Vereador da Área de Recursos Humanos, *José Cardoso da Silva*.

2611062819

Aviso n.º 22 418/2007

Nomeações

Por despacho de 31 de Outubro de 2007 do vereador da Área de Recursos Humanos (subdelegação de 20 de Agosto de 2007, publicada no *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007), Ana Maria Curato Walter Castro Rego, António Manuel Baleiras Lopes, Carla Cristina dos Santos Reis Mesquita, Carlos Manuel Carvalho Lago Damas, Carlos Manuel Paiva das Neves, Conceição das Dores Mendes Alves Martins, Elisabete Pires Toco, Fernando Alberto Martins Rosado de Sousa, Joaquim Paulo da Silva Correia, José Emídio Guerreiro Ferreira, José Manuel Peres Palha Ruivo, Julieta Maria Lopes da Rocha, Luís Manuel Matafome Lourenço Ferreira, Manuel Xavier Pinto da Costa, Maria do Céu Ribeiro Monteiro Pires, Maria Emília Araújo de Jesus Baptista, Maria Teresa Garrudo da Silva Gaspar da Silva

de Areia Capitão, Mário Marques da Silva, Miguel Dias Fernandes, Rui Manuel Marques Alves, Sandra Cristina Sousa Pardelhas Rodrigues Roque de Carvalho, Sofia Neto Velho Cabral de Medeiros, Teresa Margarida Valdez Saraiva Lancinha Domingues Pereira, Nuno Miguel de Brito Mendes Saraiva, Vanda Cristina Vital Estrompa, Vanda Maria Silva Serradas da Silva e Vasco Nuno dos Santos Évora Rolo, engenheiros civis de 1.ª classe, foram nomeados, precedendo concurso, engenheiros civis principais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

6 de Novembro de 2007. — O Vereador da Área de Recursos Humanos, *José Cardoso da Silva*.

2611062862

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE

Aviso n.º 22 419/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi autorizada a requisição da funcionária Marta Maria Ramos Gonçalves Dias, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Moita, para exercer funções nesta autarquia, pelo período de um ano, a partir de 1 de Novembro de 2007.

7 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Soares Marques*.

2611063123

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA

Aviso n.º 22 420/2007

República do Plano Director de Mira

O Dr. João Maria Ribeiro Reigota, presidente da Câmara Municipal de Mira, no uso de competência própria, torna público que foi publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 15 de Outubro de 2007, a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Mira, em reunião ordinária realizada em 24 de Fevereiro de 2006, a qual aprovou, por unanimidade, a proposta de alteração de regime simplificado do Plano Director Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

Mais, foi publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 19 de Outubro de 2007, a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Mira, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de Abril de 2007, a qual aprovou, por unanimidade, a proposta de alteração do Plano Director Municipal de Mira — Campo de Golfe e Zona Industrial do Montalvo, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

Assim, republica-se na íntegra o Regulamento e a planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Mira, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/94, de 16 de Setembro, contendo todas as alterações supra-referidas.

22 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Maria Ribeiro Reigota*.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Regime

Todas as acções de licenciamento de construções, recuperação, alteração de uso, destaque de parcelas, loteamentos, obras de urbanização e qualquer outra acção que tenha por consequência a transformação do revestimento ou do solo ficam sujeitas às presentes disposições regulamentares apoiadas pela carta de ordenamento, parte integrante do Regulamento.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

Considera-se abrangida por estas disposições toda a área do concelho de Mira, cujos limites estão expressos em cartografia anexa

e que constitui a globalidade da área de intervenção do Plano Director Municipal.

Artigo 3.º

Prazo de vigência

As disposições regulamentares do Plano Director Municipal de Mira tem o prazo máximo de vigência de 10 anos após a sua publicação no *Diário da República*, podendo, no entanto, ser revisto de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 4.º

Estrutura de ordenamento

Para estabelecimento da estrutura base do ordenamento e ponderando factores de ordem física e natural, o território municipal é dividido em áreas de ocupação urbanística e áreas de não ocupação urbanística, consoante a previsão ou a restrição de usos e regimes da ocupação, associados a operações de urbanização do solo.

Artigo 5.º

Classificação dos espaços de ordenamento

Para efeitos de aplicação deste Regulamento, e considerando as duas áreas distintas referidas no artigo anterior, definem-se em função do seu uso dominante as classes e categorias (subclasses) referidas no quadro seguinte, e que se encontram assinaladas na planta de ordenamento:

Áreas	Classes	Categorias (subclasses)
Ocupação urbanística.	Espaços urbanos	Central. Dominante. Transição.
	Espaços industriais e de armazenagem.	Zona industrial. Zona industrial informal. Zona industrial extractiva.
	Espaço de equipamento. Espaço verde público	
Não ocupação urbanística.	Espaço de ocupação condicionada. Espaço de salvaguarda estrita.	

Artigo 6.º

Servidões administrativas

Em todo o território do concelho de Mira serão observadas todas as protecções, servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor.

Artigo 7.º

Prática urbanística

1 — A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, pode aprovar a delimitação e utilização de parcelas do território municipal para, através do Plano de Urbanização, do Plano de Pormenor ou de outros estudos da vertente urbanística e ou de valorização do espaço verde público, definir a localização e implantação de equipamentos e actividades, desde que tal não contrarie as presentes disposições regulamentares, bem como qualquer legislação ou regulamentação de carácter geral aplicável.

2 — A implementação de planos ou estudos referidos no número anterior, quando abranjam áreas da RAN, da REN e ou domínio público, deverá ser precedida de parecer da(s) entidade(s) com tutela na matéria.